

22/08/2024 15:20

Ação no Marajó aposta na informação para combater violência doméstica

Programação segue até sexta-feira, 23, no intuito de orientar população de Soure e Salvaterra



Durante o terceiro dia da Ação para Meninas e Mulheres no Marajó, que ocorreu na última quarta-feira, 21, em Salvaterra, o foco continuou sendo o diálogo com a comunidade, principalmente as mulheres da região. Liderada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executada em âmbito local pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) nas Comarcas de Salvaterra e Soure, a ação promove vasta **programação** até amanhã, 23, com o intuito principal de orientar a população do Arquipélago do Marajó sobre os meios de combater a violência doméstica e familiar contra a mulher.

O outro foco da ação é combater e prevenir a violência e a exploração sexual contra meninas e mulheres na região, por meio de políticas de conscientização e de fortalecimento da rede de proteção a esse público. Para isso, a programação conta com rodas de conversa, visitas a escolas, círculos de diálogo, além de levar ações sociais de identificação civil e prestação jurisdicional à comunidade local.

Diálogo - Na quarta-feira, 21, pela manhã, houve a palestra “Como trabalhar gênero nas escolas e na rede de atendimento”, voltada para os trabalhadores que atuam nas secretarias municipais, escolas e demais instituições locais. Ministraram a palestra a pedagoga e a analista da Coordenadoria Estadual das Mulheres em situação de Violência Doméstica (Cevid) do TJPA, respectivamente Riane Freitas e Renata Giordano.

Em seguida, a coordenadora do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento a Violência de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Pará, Larissa Machado Silva Nogueira, falou sobre “A atuação da Defensoria Pública em favor da mulher em situação de vulnerabilidade com perspectiva de gênero”. Ao final da manhã, o ciclo de diálogos se encerrou com a palestra “Retaguarda familiar como âncora do desenvolvimento humano”, explanada pelo juiz colaborador da Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (Ceij) do TJPA, Thiago Fernandes Estevam dos Santos.

De acordo com o magistrado, alguns valores devem ser reforçados pelo Poder Público, para que certas tradições familiares de abusos e de exploração de mulheres – como é o caso da região do Marajó – não sejam repassadas para as próximas gerações. “Reforço a necessidade de que o Estado tem que trabalhar em prol de conceitos morais e éticos na sociedade”, revelou.

Pela parte da tarde, houve a palestra “Primeira Infância: cuidados para prevenir a violência”, ministrada pela pedagoga da Ceij, Angélica Fonseca. Após, a juíza auxiliar da Cevid, Rubilene Silva Rosário, junto da defensora pública, Larissa Machado Silva Nogueira, e da promotora de Justiça, Herena Maués, realizaram a palestra “A integração das Medidas Protetivas de Urgência como estratégias de proteção de meninas e mulheres”.

Um dos temas mais relevantes dos debates do dia foi a respeito da educação feminina. No Arquipélago do Marajó ainda é tradição os homens irem trabalhar enquanto as mulheres ficam em casa, cuidando dos filhos. Porém, isso as torna dependentes financeiramente de seus maridos. Em casos de violência doméstica e familiar, muitas vezes essa mulher se sente sem saída, pois não tem como se sustentar e não sabe como começar uma nova vida.

Por isso, de acordo com a juíza Rubilene Silva Rosário, voltar a estudar é muito importante. “A mulher vai se aperfeiçoando. O conhecimento e as novas palavras vão entrando. E a partir daí essa mulher vai começar a se emponderar. Essa mulher que está em situação de vulnerabilidade”, explicou.

A desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães, que está à frente da Cevid, ressaltou que não existe idade para começar a estudar. “Tenho o exemplo de uma amiga que eu incentivei muito para que ela estudasse porque ela deixou de estudar e trabalhar para poder formar os filhos. E com quase 60 anos ela queria estudar. Foi quando ela começou. Nunca é tarde”.

Círculos – Pela manhã, também houve Círculo de Diálogo com a comunidade, referente ao projeto Porto Seguro, realizado pelas assistentes sociais Cláudia Lago e Rosana Barros, e a pedagoga Angélica Fonseca, todas da equipe multidisciplinar da CEIJ do TJPA.

O projeto Porto Seguro visa oferecer espaços para o fortalecimento de autoestima e desenvolvimento de reflexões e elaborações coletivas a crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional, bem como a profissionais que atuam nesses serviços, por meio da realização de círculos de diálogo conduzidos por facilitadores(as) devidamente capacitados(as).

Durante a tarde, houve Círculo de Diálogo com adolescentes da rede socioassistencial e alunos da rede pública de ensino sobre gênero e violência realizado pelas psicólogas Carla Esteves e Letícia Bol, ambas da Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) do TJPA.

Acesso – A Coordenadoria dos Juizados Especiais do TJPA também disponibilizou ao longo do dia à comunidade de Salvaterra serviços de 2ª via de Registro Civil, retificação de Registro Civil, divórcios consensuais, homologação de acordos, reconhecimento de união estável, além de registro extemporâneo de óbito e civil.

Reforço – Houve, ainda, visita institucional e reunião no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Salvaterra para conhecer o trabalho local e fortalecer o diálogo entre o Judiciário e o Conselho. Participaram da visita as assistentes sociais Cláudia Lago e Rosana Barros, ambas da Ceij.

Fonte: *Coordenadoria de Imprensa*

Texto: *Anna Carla Ribeiro*

Foto: Erika Miranda TJPA